

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

Curso de DIREITO ADMINISTRATIVO

12^a Revista,
atualizada
e ampliada
edição



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.01.2024
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

O51c
12. ed.

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende
Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. - 12. ed. - Rio
de Janeiro : Método, 2024.
1024 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia.
Inclui índice.
ISBN 978-65-5964-959-4

1. Direito administrativo. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título.

24-87649

CDU: 342.9(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XLIII
---------------------------	--------------

CAPÍTULO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO: GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1.1 Origem do direito administrativo	1
1.2 Conceito de direito administrativo	3
1.3 Sistemas administrativos: sistema de jurisdição una (sistema inglês) e sistema do contencioso administrativo ou dualidade de jurisdição (sistema francês).....	4
1.4 Direito administrativo comparado e brasileiro	4
1.4.1 França	4
1.4.2 Alemanha.....	5
1.4.3 Itália	5
1.4.4 Espanha	5
1.4.5 Portugal	5
1.4.6 Argentina	6
1.4.7 Inglaterra e Estados Unidos.....	6
1.4.8 Direito Administrativo comunitário e Direito Administrativo global....	7
1.4.9 Brasil.....	7
1.5 Ausência de codificação do direito administrativo e pluralidade de fontes	8
1.6 Taxinomia do direito administrativo: relações com outros ramos do direito	9
1.7 Evolução do estado e do direito administrativo	10
1.8 A constitucionalização do direito administrativo e a valorização dos princípios constitucionais	12
1.9 Mutações e tendências do direito administrativo	14
1.10 Resumo do capítulo.....	16
CAPÍTULO 2 FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	19
2.1 Fontes do direito administrativo	19

2.1.1	Lei (juridicidade).....	20
2.1.2	Doutrina	21
2.1.3	Jurisprudência	21
2.1.4	Costumes.....	22
2.1.5	Precedentes administrativos e praxes administrativas.....	23
2.2	Interpretação do direito administrativo	25
2.3	Integração do direito administrativo	28
2.4	Resumo do capítulo	29

CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 31

3.1	A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras	31
3.2	Princípios do direito administrativo em espécie.....	34
3.2.1	Princípio da legalidade (juridicidade).....	34
3.2.2	Princípio da impessoalidade.....	36
3.2.3	Princípio da moralidade.....	36
3.2.4	Princípio da publicidade	37
3.2.5	Princípio da eficiência	41
3.2.6	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	43
3.2.7	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública).....	44
3.2.8	Princípio da continuidade.....	47
3.2.9	Princípio da autotutela	48
3.2.10	Princípios da consensualidade e da participação.....	49
3.2.11	Princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé	52
3.3	Resumo do capítulo.....	58

CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR 63

4.1	Transformações do Estado e nova organização administrativa	63
4.2	Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa	66
4.3	Desconcentração e descentralização administrativa	68
4.4	A organização administrativa em setores: 1.º setor (Estado), 2.º setor (mercado) e 3.º setor (sociedade civil).....	70
4.5	Administração pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo	71
4.6	Administração pública e governo.....	71
4.7	Administração pública direta e indireta	72
4.8	Entidades da administração pública indireta	73

4.9	Características comuns das entidades administrativas	74
4.9.1	Reserva legal	74
4.9.2	Controle ou vinculação	75
4.10	Resumo do capítulo.....	77
CAPÍTULO 5 – ÓRGÃOS PÚBLICOS		81
5.1	Conceito	81
5.2	Teorias dos órgãos públicos	82
5.3	Criação e extinção	83
5.4	Capacidade processual ou judiciária	83
5.5	Capacidade contratual e o contrato de gestão (ou de desempenho)	85
5.6	Classificações	87
5.7	Resumo do capítulo.....	89
CAPÍTULO 6 – AUTARQUIAS.....		91
6.1	Conceito.....	91
6.2	Criação	91
6.3	Objeto.....	91
6.4	Regime de pessoal	92
6.5	Patrimônio.....	93
6.6	Atos e contratos	94
6.7	Foro processual.....	95
6.8	Responsabilidade civil.....	95
6.9	Prerrogativas especiais	95
6.10	Classificações	96
6.11	Autarquias e qualificações especiais: agências executivas, agências reguladoras e associações públicas	97
6.12	Resumo do capítulo.....	98
CAPÍTULO 7 – AGÊNCIAS REGULADORAS.....		101
7.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	101
7.2	Atividade regulatória.....	103
7.3	Classificações das agências reguladoras	103
7.4	Regime jurídico especial.....	104
7.4.1	Poder normativo e deslegalização.....	104
7.4.1.1	Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida....	106
7.4.1.2	Atos regulatórios x atos regulamentares.....	107
7.4.2	Autonomia administrativa.....	108

7.4.2.1	Estabilidade reforçada dos dirigentes	108
7.4.2.2	Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio	109
7.4.3	Autonomia financeira e as taxas regulatórias	111
7.5	Governança regulatória e controle das agências reguladoras.....	111
7.6	O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras.....	113
7.7	Resumo do capítulo.....	114

CAPÍTULO 8 – EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA..... 117

8.1	Conceito e estatuto jurídico (Lei 13.303/2016)	117
8.2	Empresas públicas x sociedades de economia mista	120
8.2.1	Composição	120
8.2.2	Forma societária	121
8.2.3	Foro competente para julgamento dos litígios	121
8.2.4	Quadro comparativo.....	122
8.3	Criação.....	122
8.4	Objeto.....	123
8.5	Regime societário	126
8.6	Regime de pessoal	130
8.7	Patrimônio.....	131
8.7.1	Penhora.....	132
8.7.2	Usucapião	132
8.8	Atos e contratos	133
8.9	Responsabilidade civil.....	133
8.10	Controle do tribunal de contas.....	134
8.11	Imunidade tributária.....	136
8.12	Falência	137
8.13	Resumo do capítulo.....	138

CAPÍTULO 9 – FUNDAÇÕES ESTATAIS..... 141

9.1	Conceito e espécies.....	141
9.2	Criação.....	142
9.3	Objeto.....	143
9.4	Regime de pessoal	144
9.5	Patrimônio.....	144
9.6	Atos e contratos	144
9.7	Foro processual	145
9.8	Responsabilidade civil.....	145

9.9	Prerrogativas especiais.....	145
9.10	Controle.....	145
9.11	Resumo do capítulo.....	146
CAPÍTULO 10 CONSÓRCIOS PÚBLICOS		149
10.1	Conceito e fontes normativas.....	149
10.2	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005	151
10.2.1	Consórcios públicos antes da Lei 11.107/2005.....	151
10.2.2	Consórcios públicos após a Lei 11.107/2005.....	152
10.3	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios.....	153
10.4	Partícipes do consórcio público.....	154
10.5	Procedimento para instituição do consórcio público.....	155
10.5.1	Protocolo de intenções	155
10.5.2	Autorização legislativa	156
10.5.3	Contrato de consórcio	156
10.5.4	Personificação do consórcio	156
10.5.5	Contrato de rateio	156
10.5.6	Contrato de programa	157
10.6	Consórcio público de direito público: associação pública.....	158
10.6.1	Natureza jurídica: autarquia interfederativa.....	158
10.6.2	Criação.....	161
10.6.3	Objeto.....	161
10.6.4	Regime de pessoal	161
10.6.5	Patrimônio	162
10.6.6	Atos e contratos.....	163
10.6.7	Foro processual.....	163
10.6.8	Responsabilidade civil.....	163
10.6.9	Controle do Tribunal de Contas.....	164
10.7	Consórcio público de direito privado.....	164
10.7.1	Natureza jurídica: fundação estatal de direito privado interfederativa....	164
10.7.2	Criação e extinção.....	164
10.7.3	Objeto.....	165
10.7.4	Regime de pessoal.....	165
10.7.5	Patrimônio	165
10.7.6	Atos e contratos.....	166
10.7.7	Foro processual.....	166
10.7.8	Responsabilidade civil	166

10.7.9	Controle do Tribunal de Contas.....	166
10.8	Resumo do capítulo.....	166
CAPÍTULO 10 CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....		169
11.1	Modalidades de concessão de serviço público	169
11.2	Concessão comum de serviços públicos	169
11.2.1	Conceito, fontes normativas e modalidades.....	169
11.2.2	Concessão de serviço público e autorização legislativa	170
11.2.3	Concessão x permissão de serviço público.....	171
11.2.4	Remuneração do concessionário: tarifas e outras receitas.....	173
11.2.5	Licitação: peculiaridades.....	174
11.2.5.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos	174
11.2.5.2	Modalidades de licitação	177
11.2.5.3	Tipos de licitação	177
11.2.5.4	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	178
11.2.6	Contrato de concessão comum: peculiaridades.....	178
11.2.6.1	Cláusulas essenciais.....	178
11.2.6.2	Prazo.....	178
11.2.6.3	Prorrogação	179
11.2.6.4	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário	180
11.2.6.5	Alteração contratual	182
11.2.6.6	Encargos do poder concedente e da concessionária	182
11.2.6.7	Direitos e obrigações dos usuários	184
11.2.7	Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário	185
11.2.8	Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades.....	187
11.2.9	Extinção da concessão.....	188
11.2.10	Reversão dos bens	191
11.2.11	Responsabilidade civil	191
11.3	Concessão especial de serviços públicos (Parcerias Público-Privadas PPPs)	192
11.3.1	Origem, fontes normativas e fundamentos	192
11.3.2	PPP patrocinada x PPP administrativa.....	194
11.3.3	Características das PPPs	196
11.3.3.1	Remuneração do concessionário.....	196
11.3.3.2	Repartição objetiva de riscos.....	198

11.3.3.3	Valor mínimo do contrato.....	199
11.3.3.4	Prazo contratual.....	200
11.3.3.5	Objeto complexo.....	200
11.3.3.6	Concessão comum x concessão especial (PPP).....	201
11.3.4	Licitação: peculiaridades	201
11.3.4.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs).....	201
11.3.4.2	Justificativa para formatação da PPP	202
11.3.4.3	PPP e responsabilidade fiscal.....	202
11.3.4.4	Edital e consulta pública.....	204
11.3.4.5	Licenciamento ambiental.....	205
11.3.4.6	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos.....	205
11.3.4.7	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases.....	205
11.3.4.8	Qualificação técnica e tipos de licitação.....	206
11.3.4.9	Saneamento de falhas.....	206
11.3.5	Sociedade de Propósito Específico (SPE)	206
11.3.6	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP).....	208
11.3.7	Responsabilidade civil nas PPPs.....	210
11.4	Autorização de serviço público: polêmicas.....	210
11.5	Resumo do capítulo.....	211
CAPÍTULO 12 – TERCEIRO SETOR.....		215
12.1	Conceito e fundamentos do terceiro setor	215
12.2	Características do terceiro setor	216
12.3	Entidades ou qualificações jurídicas no terceiro setor	217
12.3.1	Serviços Sociais Autônomos (Sistema S)	218
12.3.2	Organizações Sociais (OS).....	219
12.3.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	220
12.3.4	OS x OSCIPs: quadro sinótico.....	222
12.3.5	Fundações de apoio.....	223
12.3.6	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	226
12.4	Aspectos relevantes e controvertidos no Terceiro Setor.....	233
12.4.1	Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor.....	233
12.4.2	Controle	233
12.4.3	Regime de pessoal.....	234

12.4.4	Patrimônio	235
12.4.5	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos	235
12.4.5.1	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração dos instrumentos jurídicos com as entidades do Terceiro Setor.....	235
12.4.5.2	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor	236
12.4.6	Responsabilidade civil	238
12.4.7	Imunidade tributária	239
12.5	Resumo do capítulo.....	240
CAPÍTULO 13 – SERVIÇOS PÚBLICOS.....		243
13.1	Evolução e tendências do serviço público.....	243
13.2	Conceito do serviço público.....	246
13.3	Criação do serviço público (<i>publicatio</i>).....	247
13.4	Princípios dos serviços públicos.....	248
13.4.1	Princípio da continuidade	248
13.4.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade	249
13.4.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade.....	250
13.4.4	Princípio da generalidade ou universalidade	250
13.4.5	Princípio da modicidade.....	251
13.5	Classificação	251
13.5.1	<i>Uti universi e uti singuli</i>	251
13.5.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns	253
13.5.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais.....	253
13.5.4	Essenciais e não essenciais.....	254
13.5.5	Próprios e impróprios (virtuais).....	254
13.5.6	Inerentes e por opção legislativa	255
13.6	Modalidades de execução: direta e indireta.....	255
13.7	Serviço público e o CDC	255
13.8	Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público).....	259
13.9	Resumo do capítulo.....	264
CAPÍTULO 14 – PODERES ADMINISTRATIVOS.....		265
14.1	Conceito.....	265
14.2	Excesso e desvio de poder	266
14.3	Espécies de poderes administrativos.....	266
14.3.1	Poder normativo ou regulamentar.....	266

14.3.1.1	Conceito e fundamentos.....	266
14.3.1.2	Poder regulamentar x poder regulatório	268
14.3.1.3	Classificações.....	268
14.3.1.3.1	Regulamento jurídico (ou normativo) e regulamento administrativo (ou de organização).....	269
14.3.1.3.2	Regulamento executivo, regulamento autônomo, regulamento delegado e regulamento de necessidade	269
14.3.1.3.3	Regulamentos autônomos: controvérsias.....	270
14.3.1.3.4	Visão crítica da dicotomia “regulamento autônomo” e “regulamento executivo”: a atuação criativa do Executivo e a ideia de “bloco de legalidade”	271
14.3.1.4	Reserva de administração	272
14.3.1.5	Deslegalização ou delegificação.....	273
14.3.2	Poder de polícia.....	274
14.3.2.1	Conceito: sentidos amplo e restrito.....	274
14.3.2.2	Críticas à expressão “poder de polícia”	275
14.3.2.3	Polícia administrativa x polícia judiciária	275
14.3.2.4	Supremacia geral x supremacia especial: poder de polícia x poder disciplinar.....	276
14.3.2.5	Ciclo de polícia	277
14.3.2.6	Licenças x autorizações de polícia: relativização da distinção	278
14.3.2.7	Campos de atuação ou espécies de poder de polícia	279
14.3.2.8	Fundamentos e limites do poder de polícia	279
14.3.2.9	Características	280
14.3.2.9.1	Discricionariedade	280
14.3.2.9.2	Coercibilidade	281
14.3.2.9.3	Autoexecutoriedade	281
14.3.2.10	Obrigações positivas e negativas.....	283
14.3.2.11	Atividades comunicadas	284
14.3.2.12	Delegação do poder de polícia: limites e possibilidades.....	285
14.3.2.13	Poder de polícia entre entes federados (interfederativo).....	289
14.3.3	Poder hierárquico	289
14.3.3.1	Conceito	289
14.3.3.2	Prerrogativas e deveres hierárquicos.....	289
14.3.3.3	Subordinação x vinculação.....	290
14.3.4	Poder disciplinar	291
14.3.4.1	Conceito	291
14.3.4.2	Discricionariedade do poder disciplinar.....	292
14.4	Resumo do capítulo.....	293

CAPÍTULO 15 – ATO ADMINISTRATIVO.....	295
15.1 Conceito.....	295
15.2 Ato administrativo e o princípio da separação de poderes.....	295
15.3 Ato administrativo e o ato privado da administração	295
15.4 Ato administrativo e delegatários de atividades estatais	296
15.5 Ato e fato administrativo	296
15.6 Ato e processo administrativo	297
15.7 Ato administrativo e ato de governo (político)	297
15.8 Silêncio administrativo	298
15.9 Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia).....	299
15.9.1 Agente público competente	300
15.9.1.1 Delegação e avocação de competência	301
15.9.1.2 Critérios de fixação da competência	303
15.9.2 Finalidade	303
15.9.3 Forma	304
15.9.3.1 Princípio da solenidade das formas	304
15.9.3.2 Princípio da simetria das formas	305
15.9.3.3 Formalidades essenciais x acidentais	305
15.9.4 Motivo.....	306
15.9.4.1 Motivo de fato (discricionário) x motivo de direito (vinculado).....	306
15.9.4.2 Motivação dos atos administrativos	306
15.9.4.3 Teoria dos motivos determinantes	308
15.9.4.4 Móvel dos atos administrativos	309
15.9.5 Objeto	310
15.9.5.1 Objeto indeterminado (discricionário) e determinado (vinculado)	310
15.10 Discricionariedade x vinculação	310
15.10.1 Mérito administrativo.....	311
15.10.2 Conceitos jurídicos indeterminados x discricionariedade	311
15.10.3 Controle judicial dos atos administrativos discricionários	312
15.10.3.1 Teoria do desvio de poder (<i>détournement de pouvoir</i>) ou desvio de finalidade.....	313
15.10.3.2 Teoria dos motivos determinantes	313
15.10.3.3 Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade....	313
15.11 Atributos dos atos administrativos	314
15.11.1 Presunção de legitimidade e de veracidade	315
15.11.2 Imperatividade	316
15.11.3 Autoexecutoriedade	316

15.12	Classificações dos atos administrativos.....	317
15.12.1	Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos	317
15.12.2	Critério dos destinatários: atos individuais (concretos) e gerais (normativos)	317
15.12.3	Critério dos efeitos: atos constitutivos, declaratórios e enunciativos.....	318
15.12.4	Critério da imperatividade: atos de império e de gestão	318
15.12.5	Critério do objeto: ato-regra, atos subjetivos e ato-condição.....	318
15.12.6	Critério da competência ou da liberdade do agente: atos vinculados (regrados) e discricionários.....	319
15.12.7	Critério do âmbito dos efeitos: atos externos e internos.....	319
15.12.8	Critério da repercussão sobre a esfera jurídica do particular: atos ampliativos e restritivos.....	320
15.12.9	Critério da validade: atos válidos e inválidos	320
15.12.10	Critério da retratabilidade: atos revogáveis (retratáveis) e irrevogáveis (irretratáveis)	320
15.12.11	Critério da executoriedade: atos executórios e não executórios.....	320
15.12.12	Critério da formação ou da exequibilidade: atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.....	321
15.13	Espécies de atos administrativos	321
15.13.1	Atos administrativos normativos.....	322
15.13.1.1	Decretos	322
15.13.1.1.1	Espécies de decretos quanto ao conteúdo: regulamentares (ou normativos) e individuais (ou concretos)	323
15.13.1.1.2	Decreto x regulamento.....	323
15.13.1.2	Regimentos	323
15.13.1.2.1	Regimento x decreto regulamentar	323
15.13.1.3	Resoluções	323
15.13.1.4	Deliberações	324
15.13.2	Atos administrativos ordinatórios	324
15.13.2.1	Instruções.....	324
15.13.2.2	Circulares.....	324
15.13.2.3	Avisos	324
15.13.2.4	Portarias.....	324
15.13.2.5	Ordens de serviço	324
15.13.2.6	Ofícios	325
15.13.2.7	Despachos.....	325
15.13.3	Atos administrativos negociais ou de consentimento.....	325
15.13.3.1	Licença	325
15.13.3.2	Permissão.....	325

15.13.3.3	Autorização.....	326
15.13.3.4	Admissão	327
15.13.4	Atos administrativos enunciativos.....	327
15.13.4.1	Pareceres	327
15.13.4.2	Certidões.....	328
15.13.4.3	Atestados.....	328
15.13.4.4	Apostilas ou apostilamento	328
15.13.5	Atos administrativos de controle ou de verificação.....	328
15.13.5.1	Aprovação	329
15.13.5.2	Homologação	329
15.13.5.3	Visto	329
15.13.6	Atos administrativos punitivos ou sancionatórios.....	329
15.13.6.1	Multas.....	330
15.13.6.2	Interdições de atividades	330
15.13.6.3	Apreensão ou destruição de coisas.....	330
15.13.6.4	Sanções disciplinares.....	330
15.14	Extinção dos atos administrativos.....	330
15.14.1	Extinção normal ou natural.....	331
15.14.2	Extinção subjetiva	331
15.14.3	Extinção objetiva.....	331
15.14.4	Extinção por manifestação de vontade do particular: renúncia e recusa	331
15.14.4.1	Renúncia	331
15.14.4.2	Recusa	332
15.14.5	Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação	332
15.14.5.1	Caducidade.....	332
15.14.5.2	Cassação	333
15.14.5.2.1	Ampla defesa e contraditório	333
15.14.5.2.2	Limitação temporal da sanção	333
15.14.5.3	Anulação.....	333
15.14.5.3.1	Fundamento, competência para anulação e ampla defesa/contraditório	334
15.14.5.3.2	Caráter vinculado	334
15.14.5.3.3	Efeitos da anulação e a possibilidade de modulação	334
15.14.5.3.4	Indenização	335
15.14.5.4	Revogação	335
15.14.5.4.1	Fundamento, competência para revogação e ampla defesa/contraditório	335
15.14.5.4.2	Caráter discricionário	336

15.14.5.4.3	Efeitos da revogação	336
15.14.5.4.4	Ausência de indenização e exceções	336
15.14.5.4.5	Limites à revogação (atos irrevogáveis)	336
15.14.5.4.6	Revogação e repristinação (revogação da revoga- ção)	338
15.14.5.4.7	Contraposição ou derrubada	338
15.15	Convalidação ou sanatória	338
15.15.1	Atos nulos e anuláveis	339
15.15.2	Vícios insanáveis e sanáveis	340
15.15.3	Espécies de convalidação	341
15.15.3.1	Convalidação voluntária: ratificação, reforma e conversão	341
15.15.3.2	Convalidação involuntária: decadência administrativa	342
15.15.4	Convalidação: vinculação ou discricionariedade	342
15.16	Resumo do capítulo.....	343
CAPÍTULO 16 - PROCESSO ADMINISTRATIVO		347
16.1	Conceito e fontes normativas.....	347
16.2	Processo ou procedimento	348
16.3	A processualização da atividade administrativa	348
16.4	Classificações	348
16.5	Princípios do processo administrativo	349
16.5.1	Princípio do devido processo legal	350
16.5.2	Princípio do contraditório	350
16.5.3	Princípio da ampla defesa	350
16.5.4	Princípio da oficialidade	350
16.5.5	Princípio do formalismo moderado (ou informalismo)	350
16.5.6	Princípio da verdade real ou material	351
16.5.7	Princípio da publicidade	351
16.5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	351
16.5.9	Princípio da duração razoável do processo	351
16.5.10	Princípio da motivação.....	351
16.5.11	Princípio da gratuidade	352
16.5.12	Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé	352
16.5.13	Princípio da participação	352
16.5.14	Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência	352
16.6	Fases do processo administrativo	353
16.6.1	Fase introdutória ou inicial	353
16.6.2	Fase preparatória ou instrutória	353
16.6.3	Fase decisória e a decisão coordenada	354

16.7	Recurso administrativo	356
16.7.1	Conceito e espécies	356
16.7.1.1	Recurso hierárquico próprio	356
16.7.1.2	Recurso hierárquico impróprio	356
16.7.1.3	Pedido de reconsideração	357
16.7.1.4	Revisão	357
16.7.2	Legitimidade, prazo e efeitos	357
16.7.3	Recurso e garantias (depósito prévio)	358
16.7.4	Recurso e <i>reformatio in pejus</i>	359
16.8	Decadência administrativa	360
16.9	Preclusão e “coisa julgada”	361
16.10	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	362
16.10.1	Conceito	362
16.10.2	Pluralidade normativa: competência legislativa dos entes federados	362
16.10.3	Sindicância administrativa	363
16.10.4	Inquérito administrativo	364
16.10.5	Fases do Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	364
16.10.6	Defesa técnica no PAD e a Súmula Vinculante 5 do STF	365
16.10.7	Parecer da Comissão não vincula a decisão da autoridade competente..	366
16.10.8	PAD: recurso, revisão e <i>reformatio in pejus</i>	366
16.10.9	Meios sumários: sindicância, verdade sabida e termo de declaração.....	367
16.10.10	Sanções disciplinares e prescrição	368
16.10.11	Processo disciplinar e processo penal	369
16.11	Resumo do capítulo.....	371
CAPÍTULO 17 - LICITAÇÃO.....		375
17.1	Conceito, objetivos e fontes normativas	375
17.2	Agente de contratação e comissão de contratação	380
17.3	Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos	384
17.4	Princípios da licitação	385
17.4.1	Princípio da competitividade	386
17.4.2	Princípio da isonomia.....	386
17.4.3	Princípio da vinculação ao edital.....	387
17.4.4	Princípio do procedimento formal (formalismo moderado).....	387
17.4.5	Princípio do julgamento objetivo.....	387
17.4.6	Princípio do planejamento.....	388
17.4.7	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	388
17.4.8	Princípio da publicidade e transparência.....	390

17.4.9	Princípios da eficiência, celeridade e economicidade.....	391
17.4.10	Princípio da segregação de funções.....	391
17.5	A função regulatória da licitação.....	392
17.6	Objeto da licitação.....	393
17.6.1	Obras e serviços de engenharia	393
17.6.2	Serviços	395
17.6.2.1	Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio e atividade-fim	397
17.6.2.2	Quarteirização.....	397
17.6.2.3	Serviços de publicidade	398
17.6.3	Compras.....	399
17.6.4	Alienações	403
17.6.5	Locação de imóveis	404
17.7	Procedimentos auxiliares das licitações e contratações.....	404
17.7.1	Credenciamento	405
17.7.2	Pré-qualificação.....	405
17.7.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	407
17.7.4	Sistema de Registro de Preços (SRP)	407
17.7.5	Registro cadastral.....	413
17.8	Destinatários da regra da licitação	414
17.8.1	Administração Pública direta, indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública	414
17.8.2	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016).....	415
17.8.2.1	Fontes normativas e objeto.....	415
17.8.2.2	Características principais	417
17.9	Contratação direta na Lei 14.133/2021.....	427
17.9.1	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021)	428
17.9.2	Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021)	433
17.9.3	Licitação dispensada para alienação de bens (art. 76 da Lei 14.133/2021)	444
17.9.4	Quadro sinótico: contratação direta na Lei 14.133/2021	445
17.10	Modalidades de licitação	446
17.10.1	Pregão	447
17.10.2	Concorrência	447
17.10.3	Concurso	448
17.10.4	Leilão.....	448
17.10.5	Diálogo competitivo	449
17.11	Procedimento.....	451
17.11.1	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica.....	451

17.11.2	Fase interna ou preparatória.....	452
17.11.3	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos.....	455
17.11.4	Valor estimado da contratação.....	456
17.11.5	Edital.....	458
17.11.6	Margem de preferência.....	462
17.11.7	Apresentação de propostas e lances.....	463
17.11.8	Julgamento.....	465
17.11.9	Habilitação.....	467
17.11.10	Encerramento da licitação.....	471
17.12	Anulação e revogação da licitação.....	472
17.13	Recursos administrativos.....	473
17.14	Cooperativas nas licitações.....	475
17.15	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações.....	476
17.15.1	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista.....	477
17.15.2	Empate ficto ou presumido.....	477
17.15.3	Possibilidade de licitações diferenciadas.....	478
17.15.4	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	479
17.15.5	Cédula de crédito microempresarial.....	481
17.15.6	ME e EPP na Lei 14.133/2021.....	481
17.16	A participação de consórcios empresariais nas licitações.....	482
17.17	Licitações internacionais.....	483
17.18	Resumo do capítulo.....	484
CAPÍTULO 18 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		489
18.1	Conceito e espécies de contratos da administração pública: contrato administrativo x contrato privado.....	489
18.2	Fontes normativas e competência legislativa.....	490
18.3	Sujeitos do contrato.....	491
18.4	Características.....	492
18.4.1	Formalismo moderado.....	492
18.4.2	Bilateralidade.....	493
18.4.3	Comutatividade.....	494
18.4.4	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>).....	494
18.4.5	Desequilíbrio.....	494
18.4.6	Instabilidade.....	494

18.5	Formalização do contrato, garantias e alocação de riscos.....	495
18.5.1	Formalização dos contratos	495
18.5.2	Garantias	498
18.5.3	Alocação de riscos	500
18.6	Cláusulas exorbitantes.....	501
18.7	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.....	504
18.7.1	Reajuste.....	504
18.7.2	Revisão.....	506
18.7.3	Atualização monetária.....	507
18.7.4	Repactuação.....	507
18.8	Duração dos contratos	509
18.9	Inexecução contratual.....	515
18.9.1	Inexecução culposa	516
18.9.1.1	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	516
18.9.2	Inexecução sem culpa.....	517
18.9.2.1	Teoria da imprevisão.....	517
18.9.2.2	Fato do príncipe	518
18.9.2.3	Caso fortuito e força maior.....	518
18.10	Extinção dos contratos.....	519
18.10.1	Motivos para extinção dos contratos administrativos.....	519
18.10.2	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral	521
18.10.3	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem	522
18.11	Sanções administrativas	525
18.12	Fiscalização e controle das licitações e dos contratos.....	532
18.12.1	Fiscalização dos contratos administrativos	532
18.12.2	Controle das licitações e dos contratos	537
18.13	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	542
18.13.1	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato.....	542
18.13.2	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários	543
18.13.3	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	544
18.14	Contratos das empresas estatais.....	546
18.15	Convênios administrativos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres	548
18.16	Resumo do capítulo.....	550

CAPÍTULO 19 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA	555
19.1 Estado e ordem econômica: estado liberal, estado social e estado regulador.....	555
19.2 Fundamentos e princípios da ordem econômica	556
19.3 Espécies de intervenção do estado na ordem econômica	557
19.4 Planejamento.....	558
19.4.1 Conceito	558
19.4.2 Fundamentos	559
19.4.3 Instrumentos de planejamento.....	559
19.5 Regulação (estado regulador)	561
19.5.1 Regulação: conceito	561
19.5.2 Regulação x regulamentação	561
19.5.3 Formas de regulação: regulação estatal, regulação pública não estatal e autorregulação	562
19.5.4 Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador	563
19.5.5 Análise de Impacto Regulatório (AIR)	565
19.5.6 Regulação e promoção da concorrência	571
19.5.6.1 Liberdade de entrada	571
19.5.6.2 Liberdade relativa de preços.....	572
19.5.6.3 Fragmentação do serviço público (<i>unbundling</i>).....	572
19.5.6.4 Compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (essential facilities doctrine).....	573
19.5.7 Controle de preços.....	575
19.5.8 Regulação por incentivos ou por “empurrões” (<i>nudge</i>)	576
19.5.9 Acordos decisórios ou substitutivos na regulação	577
19.5.10 Sandbox regulatório	579
19.6 Fomento.....	580
19.6.1 Conceito	580
19.6.2 Características.....	581
19.6.3 Limites	581
19.6.4 Classificações de fomento.....	582
19.6.4.1 Quanto ao conteúdo: fomento positivo e negativo	582
19.6.4.2 Quanto ao destinatário: fomento econômico e social.....	582
19.6.4.3 Quanto aos meios: fomento honorífico, econômico e jurídico	583
19.6.5 Instrumentos de fomento.....	583
19.6.5.1 Benefícios ou incentivos fiscais.....	583
19.6.5.2 Benefícios ou incentivos creditícios	584
19.6.5.3 Outros instrumentos (rol exemplificativo)	584

19.7	Repressão ao abuso do poder econômico e proteção da concorrência (direito antitruste ou da concorrência).....	584
19.7.1	Fundamentos do Direito Antitruste ou Direito da Concorrência.....	584
19.7.2	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)	585
19.7.3	Condutas anticoncorrenciais.....	587
19.7.4	Infrações à ordem econômica: responsabilidades, sanções e prescrição.....	588
19.7.5	Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras.....	589
19.8	Exploração direta da atividade econômica (estado empresário).....	590
19.8.1	Estado empresário: requisitos	590
19.8.2	Intervenção concorrencial do Estado empresário	591
19.8.3	Intervenção monopolista do Estado empresário.....	591
19.8.3.1	Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio (e oligopsônio), monopólio (monopsônio) e monopólio bilateral	591
19.8.3.2	Espécies de monopólio: de fato e de direito.....	593
19.8.3.3	Monopólios públicos ou estatais.....	593
19.9	Resumo do capítulo.....	595
CAPÍTULO 20 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....		601
20.1	Fundamentos da intervenção estatal na propriedade.....	601
20.2	Modalidades: intervenções restritivas e supressivas	602
20.3	Servidão administrativa.....	602
20.3.1	Conceito	602
20.3.2	Fontes normativas	603
20.3.3	Objeto	604
20.3.4	Instituição	604
20.3.5	Extinção	605
20.3.6	Indenização	605
20.4	Requisição.....	606
20.4.1	Conceito	606
20.4.2	Fontes normativas	606
20.4.3	Objeto	607
20.4.4	Instituição e extinção.....	608
20.4.5	Indenização	609
20.5	Ocupação temporária	609
20.5.1	Conceito	609
20.5.2	Fontes normativas	610
20.5.3	Objeto.....	610

20.5.4	Instituição e extinção.....	610
20.5.5	Indenização	611
20.6	Limitações administrativas	611
20.6.1	Conceito	611
20.6.2	Fontes normativas	612
20.6.3	Objeto	612
20.6.4	Instituição e extinção.....	612
20.6.5	Indenização.....	612
20.7	Tombamento.....	613
20.7.1	Conceito	613
20.7.2	Fontes normativas	615
20.7.3	Objeto	616
20.7.4	Tombamento x registro	617
20.7.5	Classificações.....	618
20.7.6	Instituição e cancelamento	619
20.7.7	Efeitos	620
20.7.8	Indenização	622
20.8	Resumo do capítulo.....	622
CAPÍTULO 21 – DESAPROPRIAÇÃO.....		627
21.1	Conceito.....	627
21.2	Modalidades e fontes normativas	629
21.2.1	Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social	629
21.2.2	Desapropriação urbanística	629
21.2.3	Desapropriação rural	631
21.2.4	Expropriação confiscatória	632
21.3	Objeto	633
21.3.1	Bens públicos	635
21.3.2	Bens da Administração Indireta	636
21.4	Procedimento	638
21.4.1	Fase declaratória	638
21.4.1.1	Competência declaratória	638
21.4.1.2	Efeitos da declaração	639
21.4.2	Fase executória	640
21.4.2.1	Competência executória	640
21.5	Ação de desapropriação: aspectos relevantes	641
21.5.1	Imissão provisória na posse	641

21.5.2	Defesa do réu e extensão do controle judicial	643
21.5.3	Direito de extensão	645
21.5.4	Indenização	646
21.5.4.1	Juros moratórios	647
21.5.4.2	Juros compensatórios	649
21.5.4.3	Honorários advocatícios	650
21.5.5	Desistência da ação de desapropriação: requisitos	651
21.5.6	Intervenção do Ministério Público	652
21.6	Transferência da propriedade	653
21.7	Desapropriação por zona	654
21.8	Retrocessão.....	655
21.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	655
21.8.2	Tredestinação lícita x tredestinação ilícita.....	656
21.8.3	Tredestinação e omissão.....	656
21.8.4	Tredestinação, desdestinação e adestinação.....	657
21.8.5	Prescrição.....	658
21.9	Desapropriação indireta	658
21.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	658
21.9.2	“Ação de desapropriação indireta”: legitimidade, foro processual e prescrição	659
21.10	Resumo do capítulo.....	661
CAPÍTULO 22 – BENS PÚBLICOS.....		665
22.1	Conceito	665
22.2	Domínio eminente e domínio patrimonial	666
22.3	Classificações	667
22.3.1	Critério da titularidade: bens públicos federais, estaduais, distritais, municipais e interfederativos	667
22.3.2	Critério da afetação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais	668
22.4	Afetação e desafetação	669
22.5	Regime jurídico dos bens públicos	670
22.5.1	Alienação condicionada ou inalienabilidade relativa.....	670
22.5.2	Impenhorabilidade.....	672
22.5.3	Imprescritibilidade.....	672
22.5.4	Não onerabilidade	673
22.6	Formas de uso do bem público: comum, especial e privativo.....	673
22.7	Uso privativo do bem público	674
22.7.1	Autorização	675

22.7.1.1	Autorização condicionada ou qualificada	675
22.7.1.2	Autorização de uso urbanística	676
22.7.2	Permissão	676
22.7.2.1	Permissão condicionada ou qualificada	678
22.7.3	Concessão	678
22.7.3.1	Concessão de direito real de uso	678
22.7.3.2	Concessão de uso especial para fins de moradia	679
22.7.3.3	Concessão florestal	681
22.7.4	Cessão de uso	682
22.7.5	Uso privativo de bem público por instrumentos de direito privado	683
22.7.5.1	Locação	683
22.7.5.2	Comodato	684
22.7.5.3	Enfiteuse ou aforamento	684
22.8	Alienação e aquisição de bens públicos	685
22.8.1	Alienação: exigências e espécies	685
22.8.2	Aquisição por instrumentos de direito público e de direito privado	686
22.8.3	Aquisição originária e derivada	687
22.8.4	Aquisição por ato <i>inter vivos</i> e por <i>causa mortis</i>	687
22.9	Principais espécies de bens públicos	687
22.9.1	Terras devolutas	687
22.9.2	Terrenos de marinha e seus acréscidos	688
22.9.3	Terrenos marginais ou reservados	689
22.9.4	Terras indígenas	689
22.9.5	Plataforma continental	690
22.9.6	Ilhas	690
22.9.7	Faixa de fronteiras	691
22.9.8	Minas e jazidas	691
22.9.9	Domínio hídrico	692
22.9.10	Espaço aéreo	693
22.10	Resumo do capítulo	693
CAPÍTULO 23 AGENTES PÚBLICOS		699
23.1	Conceito	699
23.2	Espécies	699
23.2.1	Agentes públicos de direito	700
23.2.1.1	Agentes políticos	700
23.2.1.2	Servidores públicos	701
23.2.1.3	Particulares em colaboração	701

23.2.2	Agentes públicos de fato.....	702
23.3	Servidores públicos	703
23.3.1	Classificação.....	703
23.3.2	Regimes jurídicos funcionais.....	703
23.3.2.1	Regime estatutário	703
23.3.2.2	Regime trabalhista (celetista) e regime do emprego público...	705
23.3.2.3	Regime especial	706
23.3.3	Regime Jurídico Único (RJU).....	708
23.4	Cargos públicos.....	711
23.4.1	Cargo, emprego e função pública.....	711
23.4.2	Classe, carreira, quadro e lotação.....	712
23.4.3	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	712
23.4.4	Acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas	714
23.4.5	Classificação dos cargos	715
23.4.6	Cargo em comissão x função de confiança.....	716
23.4.7	Provimento	717
23.4.7.1	Provimento originário.....	717
23.4.7.2	Provimento derivado.....	718
23.4.7.2.1	Promoção	718
23.4.7.2.2	Readaptação.....	719
23.4.7.2.3	Reversão	719
23.4.7.2.4	Aproveitamento	719
23.4.7.2.5	Reintegração	720
23.4.7.2.6	Recondução	721
23.4.8	Investidura, posse e exercício	721
23.4.9	Vacância	722
23.4.10	Acumulação de cargos, empregos e funções	723
23.5	Estabilidade	726
23.5.1	Alcance da estabilidade: servidores estatutários	726
23.5.2	Estágio probatório: prazo de três anos	726
23.5.3	Efetivo exercício	727
23.5.4	Avaliação especial de desempenho	728
23.5.5	Estabilidade no serviço, e não no cargo	728
23.5.6	Estabilidade extraordinária ou estabilização constitucional	729
23.5.7	Estabilidade x efetividade.....	729
23.5.8	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor estável.....	730
23.6	Vitaliciedade.....	732
23.6.1	Alcance da vitaliciedade: servidores vitalícios	732

23.6.2	Vitaliciedade automática e diferida	733
23.6.3	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor vitalício.....	733
23.7	Concurso público	733
23.7.1	Conceito e alcance da regra do concurso.....	733
23.7.2	Inexigibilidade	735
23.7.3	Prazo de validade e prorrogação	736
23.7.4	Requisitos de participação e de aprovação	737
23.7.5	Discriminações legítimas e ilegítimas: idade, sexo, altura etc. As cotas raciais em concursos públicos	738
23.7.6	Acesso da pessoa idosa aos cargos e empregos públicos.....	742
23.7.7	Reserva de vagas para pessoas com deficiência	743
23.7.8	Exame psicotécnico.....	744
23.7.9	Estágio experimental	744
23.7.10	Aprovação no concurso e o direito à nomeação	745
23.7.11	Direito à vista e à revisão das provas	748
23.7.12	Concursos públicos e nomeações em períodos eleitorais: limites e possibilidades	749
23.8	Sistema remuneratório.....	751
23.8.1	Revisão da remuneração e vinculação.....	754
23.9	Teto remuneratório	755
23.10	Associação sindical	760
23.11	Greve	761
23.12	Regime previdenciário dos servidores públicos	762
23.12.1	Espécies de Regimes de Previdência.....	762
23.12.2	Aposentadoria.....	764
23.12.2.1	Conceito e natureza jurídica	764
23.12.2.2	Modalidades de aposentadoria	765
23.12.2.3	Proventos: fim da integralidade e da paridade	767
23.12.2.4	Acumulação de proventos	768
23.12.3	Abono de permanência	768
23.12.4	Pensões	768
23.12.5	Contribuições previdenciárias.....	769
23.12.6	Fundo previdenciário	770
23.12.7	Previdência complementar	770
23.13	Resumo do capítulo.....	771

CAPÍTULO 24 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 775

24.1	Conceito	775
24.2	Responsabilidade civil e sacrifício de direitos	775

24.3	Evolução da responsabilidade civil do estado	776
24.3.1	Fase da irresponsabilidade civil do Estado	776
24.3.2	Fase da responsabilidade subjetiva	776
24.3.2.1	Teoria da culpa individual (atos de império x atos de gestão).....	776
24.3.2.2	Teoria da culpa anônima (culpa do serviço).....	777
24.3.3	Fase da responsabilidade civil objetiva	777
24.3.4	A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro	777
24.4	Responsabilidade civil extracontratual e contratual	778
24.5	Responsabilidade civil objetiva: ato lícito e ilícito	779
24.6	Fundamentos da responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e reparação dos encargos sociais.....	780
24.7	Pressupostos da responsabilidade civil do Estado	781
24.7.1	Conduta (fato administrativo)	781
24.7.2	Dano	781
24.7.3	Nexo de causalidade.....	782
24.8	Causas excludentes do nexo de causalidade	783
24.8.1	Fato exclusivo da vítima	783
24.8.2	Fato de terceiro	784
24.8.3	Caso fortuito e força maior	784
24.8.4	Causas excludentes e atenuantes	784
24.9	Pessoas responsáveis à luz do art. 37, § 6.º, da CRFB	785
24.9.1	Pessoas jurídicas de direito público	785
24.9.2	Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	785
24.9.2.1	Responsabilidade das estatais: serviços públicos e atividade econômica	785
24.9.2.2	Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	786
24.9.2.3	Responsabilidade do Terceiro Setor	786
24.9.3	Responsabilidade primária e subsidiária	787
24.10	Responsabilidade civil do estado por omissão	788
24.11	Agentes públicos e a responsabilidade civil do Estado	790
24.11.1	Dualidade de regimes de responsabilidade civil no art. 37, § 6.º, da CRFB: responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público	790
24.11.2	O vocábulo “agentes” e seu alcance	791
24.11.3	Litisconsórcio facultativo x Teoria da dupla garantia	791
24.11.4	Reparação do dano e ação regressiva em face do agente público	792
24.11.5	Denúnciação da lide	794
24.12	Prescrição	795

24.13	Responsabilidade civil por atos legislativos	798
24.13.1	Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais.....	799
24.13.2	Leis inconstitucionais	799
24.13.3	Omissão legislativa	800
24.14	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	801
24.14.1	Erro judiciário	802
24.14.2	Prisão além do tempo fixado na sentença	804
24.14.3	Demora na prestação jurisdicional.....	804
24.14.4	Prisão cautelar e posterior absolvição	805
24.14.5	Responsabilidade pessoal do juiz.....	806
24.15	Responsabilidade do estado, dos notários e registradores	806
24.16	Responsabilidade civil por danos causados por obras públicas	808
24.17	Responsabilidade civil por atos de multidões (atos multitudinários)	810
24.18	Responsabilidade civil por danos ambientais	810
24.19	Resumo do capítulo.....	812

CAPÍTULO 25 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 815

25.1	Controle	815
25.1.1	Espécies de controle	815
25.1.1.1	Autocontrole (controle interno), controle externo e controle social.....	815
25.1.1.2	Controle prévio, concomitante e posterior	816
25.1.1.3	Controle de legalidade e controle do mérito.....	816
25.1.2	Controle e Direito Administrativo do medo	817
25.1.3	Controle e Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	818
25.2	Controle administrativo	819
25.2.1	Conceito	819
25.2.2	Tutela e autotutela administrativa.....	819
25.2.3	Meios de controle administrativo	820
25.3	Controle legislativo.....	821
25.3.1	Conceito	821
25.3.2	Casos de controle	821
25.3.2.1	Sustação de atos normativos	821
25.3.2.2	Convocação de autoridades e requisição de informações.....	821
25.3.2.3	Autorização e aprovação de ato administrativo.....	821
25.3.2.4	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	821
25.3.2.5	Julgamento do chefe do Executivo: impeachment	822
25.3.2.6	Controle financeiro	822

25.4	Controle do tribunal de contas.....	823
25.4.1	Conceito e visão geral.....	823
25.4.2	Crerios do controle: legalidade, legitimidade e economicidade.....	824
25.4.3	Atribuiçes dos Tribunais de Contas.....	824
25.4.3.1	Consultiva.....	824
25.4.3.2	Fiscalizadora.....	825
25.4.3.3	Julgadora.....	825
25.4.3.4	Registro.....	825
25.4.3.5	Sancionadora.....	825
25.4.3.6	Corretiva.....	826
25.4.3.7	Ouvidoria.....	826
25.5	Controle jurisdicional.....	826
25.5.1	Sistemas de controle jurisdicional.....	826
25.5.2	Limites e possibilidades do controle jurisdicional.....	827
25.5.3	Tendências do controle jurisdicional dos atos administrativos a partir de uma visãõ pragmatãica e institucional.....	827
25.5.4	Fazenda Pùblica em juízo.....	831
25.5.5	Instrumentos de controle judicial da Administraçãõ Pùblica.....	835
25.5.6	<i>Habeas corpus</i>	835
25.5.6.1	Conceito e fontes normativas.....	835
25.5.6.2	Espécies de habeas corpus.....	836
25.5.6.3	Legitimidade.....	836
25.5.6.3.1	Legitimidade ativa.....	836
25.5.6.3.2	Legitimidade passiva.....	836
25.5.6.4	Objeto.....	836
25.5.6.5	Prazo.....	837
25.5.6.6	Competência.....	837
25.5.6.7	Procedimento, decisãõ e coisa julgada.....	838
25.5.7	Mandado de segurança individual.....	839
25.5.7.1	Conceito e fontes normativas.....	839
25.5.7.2	Espécies de mandado de segurança.....	839
25.5.7.3	Legitimidade.....	839
25.5.7.3.1	Legitimidade ativa.....	839
25.5.7.3.2	Legitimidade passiva.....	840
25.5.7.4	Autoridade coatora.....	841
25.5.7.5	Objeto.....	843
25.5.7.6	Hipóteses de nãõ cabimento do mandado de segurança.....	844
25.5.7.7	Prazo.....	845
25.5.7.8	Competência.....	847

25.5.7.9	Decisão e coisa julgada.....	848
25.5.8	Mandado de segurança coletivo.....	849
25.5.8.1	Conceito e fontes normativas	849
25.5.8.2	Legitimidade	849
25.5.8.3	Objeto	851
25.5.8.4	Decisão e coisa julgada	852
25.5.9	Mandado de injunção.....	853
25.5.9.1	Conceito e fontes normativas	853
25.5.9.2	Espécies de mandado de injunção	853
25.5.9.3	Legitimidade.....	854
25.5.9.3.1	Legitimidade ativa	854
25.5.9.3.2	Legitimidade passiva	854
25.5.9.4	Objeto.....	855
25.5.9.5	Prazo.....	855
25.5.9.6	Competência	856
25.5.9.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	857
25.5.9.8	Mandado de injunção x ação direta de inconstitucionalidade por omissão	860
25.5.10	<i>Habeas data</i>	861
25.5.10.1	Conceito e fontes normativas	861
25.5.10.2	Legitimidade.....	861
25.5.10.2.1	Legitimidade ativa	861
25.5.10.2.2	Legitimidade passiva	861
25.5.10.3	Objeto	862
25.5.10.4	Prazo.....	863
25.5.10.5	Competência	863
25.5.10.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	864
25.5.11	Ação popular.....	865
25.5.11.1	Conceito e fontes normativas	865
25.5.11.2	Legitimidade.....	865
25.5.11.2.1	Legitimidade ativa	865
25.5.11.2.2	Legitimidade passiva	866
25.5.11.3	Objeto.....	867
25.5.11.4	Prazo.....	867
25.5.11.5	Competência	867
25.5.11.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	868
25.5.12	Ação civil pública.....	869
25.5.12.1	Conceito e fontes normativas	869
25.5.12.2	Legitimidade.....	869

25.5.12.2.1	Legitimidade ativa	869
25.5.12.2.2	Legitimidade passiva	871
25.5.12.3	Objeto	871
25.5.12.4	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	872
25.5.12.5	Inquérito civil	873
25.5.12.6	Prazo	873
25.5.12.7	Competência	873
25.5.12.8	Procedimento, decisão e coisa julgada	873
25.5.13	Ação de improbidade administrativa	875
25.5.13.1	Conceito e fontes normativas	875
25.5.13.2	Legitimidade.....	877
25.5.13.2.1	Legitimidade ativa	877
25.5.13.2.2	Legitimidade passiva	878
25.5.13.2.2.1	Agentes públicos.....	878
25.5.13.2.2.2	Agentes políticos e a Lei 8.429/1992..	880
25.5.13.2.2.3	Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas: peculiaridades	882
25.5.13.2.2.4	Terceiros.....	884
25.5.13.3	Objeto	885
25.5.13.4	Atos de improbidade administrativa	885
25.5.13.4.1	Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992)...	886
25.5.13.4.2	Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992).....	889
25.5.13.4.3	Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992).....	893
25.5.13.4.4	Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade)	896
25.5.13.5	Prazo	896
25.5.13.6	Competência	900
25.5.13.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	900
25.5.13.8	Acordo de Não Persecução Civil (ANPC).....	907
25.5.13.9	Reforma da LIA pela Lei 14.230/2021 e retroatividade limitada da lei mais benéfica no Direito Administrativo Sancionador..	909
25.5.14	Sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	912
25.6	Resumo do capítulo	920
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		925
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		953